



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

15/03/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Governo quer cobrar devedores por Whatsapp e Facebook

O governo vai pedir ao Congresso autorização para usar aplicativos de mensagens, redes sociais e call center para cobrar devedores. A estratégia tem o objetivo de elevar a recuperação de recursos que entraram na Dívida Ativa da União –hoje em R\$ 2 trilhões. O projeto de lei, que integra o pacote de reforma da Previdência, deve ser enviado à Câmara até o começo da próxima semana.

Ao abrir o canal de comunicação digital com os devedores, o governo espera reduzir os custos de cobrança das dívidas e permitir que eles regularizem seus débitos o quanto antes, o que reduz a incidência de juros. Atualmente, a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), órgão responsável pelas cobranças, usa e-mails e cartas para notificar os devedores. “Todos os mecanismos que as empresas privadas utilizam para cobrar débitos, a PGFN vai passar a usar também”, disse à **Folha** o procurador-geral adjunto de gestão da Dívida Ativa da União, Cristiano Neuenschwander. O projeto de lei, que terá que ser votado no Congresso, autoriza o órgão a contratar serviços digitais para a cobrança por meio de aplicativos como Whatsapp e Facebook, além de call center. A proposta trará detalhes do modelo contratual a ser usado nesses casos. Hoje, há uma permissão genérica na legislação para que sejam feitas ligações ou enviadas mensagens pelo governo, mas a falta de detalhamento na lei impede que as ações sejam colocadas em prática. No estoque de R\$ 2 trilhões de dívidas com a União, os débitos com a Previdência somam R\$ 491 bilhões. O restante é de outros tributos e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). A ideia do governo é que as cobranças digitais possam ser usadas para todos esses tipos de dívidas.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 15/03/2019



Fonte do clipping: Jornal Folha de S. Paulo – 15/03/2019

Senado cria comissão para debater reforma

Um dia depois de a Câmara dar o primeiro passo para a reforma da Previdência avançar, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), anunciou a criação ontem de uma comissão especial para que os senadores também possam já discutir a proposta que endurece as regras de aposentadorias. Essa foi a maneira encontrada pela Casa para não deixar a Câmara como protagonista no debate da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma da Previdência, que, por ter sido apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro, passa primeiro pelas mãos dos deputados. A intenção de Alcolumbre é que as duas Casas trabalhem de forma conjunta. "Acompanhando esse debate, os senadores estarão aptos, agora, com essa comissão especial, a fazer os encontros com os líderes partidários da Câmara, o que era o desejo, e debater a proposta que foi entregue na Câmara."

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/03/2019

Reforma da Previdência - Relator ainda não será escolhido

O novo presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Felipe Francischini (PSL-PR), anunciou logo após ser eleito, na quarta-feira (13), que vai aguardar a chegada da proposta do governo para a aposentadoria dos militares para designar o relator da reforma da Previdência. Francischini disse acreditar que a espera não atrasará o cronograma inicial da votação da proposta na CCJ, prevista para o fim do mês. Segundo ele, a reforma da Previdência dos militares deve ser enviada pelo governo ao Congresso no dia 20, tempo suficiente para o relator preparar seu parecer.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/03/2019

Último lote do abono salarial ano-base 2017

O último lote do Abono salarial ano-base 2017 foi liberado ontem. A data marcou o início do pagamento do nono lote do benefício, destinado a trabalhadores da iniciativa privada nascidos em maio e junho e servidores públicos com final da inscrição 8 e 9. A estimativa do Ministério da Economia é que R\$ 3,1 bilhões sejam destinados a 3,9 milhões de pessoas. O prazo final para o saque de todos aqueles que têm direito ao Abono 2017 é 28 de junho. Depois dessa data, o recurso volta para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Beneficiários que são correntistas da Caixa Econômica Federal, responsável pelo pagamento do PIS (iniciativa privada), tiveram os valores depositados em suas contas na terça-feira (12).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/03/2019

Audidores resgatam 12 trabalhadores em obra na rodovia Raposo Tavares, em Sorocaba

Audidores da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, resgataram nesta segunda-feira (12) um grupo de 12 trabalhadores que atuavam em uma obra na rodovia Raposo Tavares, em Sorocaba. Os operários não recebiam salários há dois meses e estavam em um alojamento em condições precárias no município de Angatuba, na região de Itapetininga, em São Paulo. Os trabalhadores foram contratados pelo consórcio SP-270, que era responsável pelas obras de duplicação da rodovia. Os empregados vieram dos estados de Tocantins, Bahia e Piauí.

De acordo com a fiscalização, o alojamento estava sem colchões e não havia espaço adequado para refeições e necessidades básicas. O empregador também não oferecia alimentos em quantidade suficiente para os 12 trabalhadores.

Leia mais: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=6890>